

Mídias alternativas na Amazônia: Uma investigação científica em construção¹

Célia Regina Trindade Chagas Amorim²

Ana Lúcia Oliveira da Cruz³

Roberta Aragão Machado⁴

Mariana Costa Castro⁵

Universidade Federal do Pará, PA

RESUMO: Este artigo apresenta discussões parciais do projeto Mídias Alternativas na Amazônia obedecendo aos limites teórico-metodológicos propostos no período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) e uma inserção nos dias atuais, a partir do novo ambiente midiático em rede. Divide-se em duas partes. A primeira está baseada na revisão de literatura direcionada à temática em questão. A segunda centra-se em uma investigação do contexto amazônico. A ênfase está no projeto geopolítico de ocupação territorial na região pelos militares, pauta dos alternativos. Esses periódicos denunciaram o modo de exploração da terra e do povo da floresta. Alguns deles resistem até hoje e estão na internet. O objetivo é construir um arcabouço teórico para subsidiar o primeiro Mapeamento das Mídias Alternativas na Amazônia. O estudo tem por base as pesquisas bibliográfica e documental.

Palavras-Chave: Projeto de Ocupação. Mídias Alternativas. Mapeamento. Amazônia. Internet.

Introdução:

O projeto Mídias Alternativas na Amazônia iniciou suas atividades em agosto de 2011 com a estruturação de três grandes planos de trabalhos: Mídias Alternativas Impressas: Por uma sistematização do estudo amazônico, Mapeamento 1: Imprensa Alternativa em Belém do Pará no período da Ditadura Militar (1964-1985), Mapeamento 2: Mídias Alternativas impressas em Belém do Pará – De 1986, pós-ditadura militar até os dias atuais, desenvolvidos pelas bolsistas de iniciação científica Mariana Costa Castro, Ana Lúcia Oliveira da Cruz e Roberta Aragão Machado, respectivamente.

A delimitação histórica do presente projeto, que está sendo realizado em etapas, obedece ao período da Ditadura Militar no Brasil (1964 – 1985) até os dias atuais. O objetivo inicial é a investigação em torno de tal fenômeno e o contexto em que estas formas de comunicação apareceram e aparecem no Brasil e, mais especificamente, na Amazônia.

¹Trabalho apresentado no DT 07 Comunicação, Espaço e Cidadania do XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora Doutora da Faculdade de Comunicação da UFPa, vice-diretora da Faculdade e Coordenadora do Projeto Mídias Alternativas na Amazônia. E-mail: celia.trindade.amorim@gmail.com

³ Bolsista de Iniciação Científica. FAPESPA/UFPa.

⁴ Bolsista de Iniciação Científica. UFPa/AF.

⁵ Bolsista de Iniciação Científica. FAPESPA/UFPa.

Tal escolha se justifica pela explosão da imprensa alternativa no país que marcou o período, ao noticiar os graves crimes praticados no Brasil, como as formas de torturas e mortes de presos político, a ostensiva convivência do Estado com grupos nacionais e multinacionais que controlavam a economia, a violação dos direitos humanos, a dívida externa e outros temas de interesse geral da população.

Na Amazônia surgiram, no período da Ditadura Militar, vários jornais e boletins de caráter político ou de humor como *Resistência* (1978 -), *Bandeira 3* (1975), *Nós irmãos* (1971), *Varadouro* (1977), *Nanico* (1979), *PQP* (1979) (Um jornal para quem pode), *Xibé* (1982), que marcaram, não só a história do jornalismo alternativo na região, no processo de redemocratização do país e em especial na Amazônia, como também lançaram sementes para outros alternativos pós-ditadura militar como o *Informe Amazônico* (1980), *Jornal Pessoal* (1987), este último ainda em circulação, completará 25 anos de imprensa alternativa, uma das mais longevas experiências que se tem registro no jornalismo do Brasil e da Amazônia. Mas a história dessas formas de comunicação contra-hegemônicas na região ainda está por ser escrita haja vista que essas mídias, em sua grande maioria, não possuem um arquivo como *locus* de preservação de sua memória. Muitas estão sendo re(construídas) por meio de relatos orais e entrevistas com ativistas dessas mídias.

Para o cumprimento do objetivo proposto, o projeto, a partir do Plano de Trabalho “Mídias Alternativas na Amazônia: Por uma sistematização do estudo amazônico”, apresenta duas grandes etapas entrelaçadas. A primeira está baseada na revisão de literatura direcionada à temática em questão. A segunda centra-se em uma investigação do contexto amazônico. A ênfase está no projeto geopolítico de ocupação territorial na região pelos militares, pauta dos alternativos. Esses periódicos denunciaram o modo de exploração da terra e do povo da floresta. Alguns deles resistem até hoje e estão na internet. O objetivo é construir um arcabouço teórico para subsidiar o primeiro Mapeamento das Mídias Alternativas na Amazônia, categoria jornal. O estudo tem por base as pesquisas bibliográfica e documental.

A sistematização do estudo na Comunicação

Especificamente no que diz respeito à ancoragem na área da Comunicação, por meios da leitura de artigos, teses e livros (KUCINSKI 1991, PEREIRA 1986, FESTA, 1986, PERUZZO 2009, MORAES 2007, DOWNING 2002), o fenômeno da imprensa alternativa nos anos da Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil foi marcado, sobretudo, pelo

direito de comunicação, umas das principais bandeiras de luta que os pequenos jornais, a grande maioria de caráter político-cultural, travaram contra o Estado autoritário que, de posse de um de seus mecanismos de maior repressão, o Ato Institucional nº 5 (AI5), de 13 de dezembro de 1968, impõe severas restrições ao país e às liberdades dos indivíduos.

Uma das obras que tem sido importante na construção desse campo teórico é a “Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa (1991)”, de Bernardo Kucinski. O autor faz um mapeamento de aproximadamente 150 jornais da imprensa alternativa no Brasil, no período de (1964-1980). Apesar da diversidade de propostas e tendências, alguns satíricos, outros políticos, feministas, ecológicos ou culturais, o que identificava o campo de atuação da imprensa alternativa, era o combate “político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais” (KUCINSKI, 2001, p.6), mas também criticavam severamente o capitalismo e o imperialismo.

Os periódicos surgidos nessa época, como o *Pasquim*, *Em Tempo*, *Movimento*, ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica. Na tentativa de circunscrever tais conceitos, o autor enfatiza que o termo nanico tinha relação direta com o formato tabloide de boa parte desta imprensa e foi disseminado por publicitários. “Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir da escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa”. (KUCINSKI, 2001, p.5). Já o radical de alternativa

(...) contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado às políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos [1960] e [1970], de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (2001, p. 5, grifo nosso).

O jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, por meio do artigo intitulado *Vive a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa!...*(1986), discorda de um tipo de pensamento difundido entre os ativistas e intelectuais da época da ditadura, com alguns resquícios nos dias de hoje, de que a imprensa alternativa vivia ou vive em ambientes de exceção ou que esta serve de complemento corretivo da imprensa capitalista burguesa, já que o poder estabelece um controle cerrado do sistema de comunicação. (PEREIRA, 1986, p.34).

Para se entender a imprensa alternativa, na visão de Pereira, há que se levar em consideração o conteúdo político que esse termo adquiriu nos anos da ditadura militar e no período de redemocratização brasileira em que o sistema começa a conviver com a abertura

política. Sob este aspecto, Pereira é categórico ao afirmar que a imprensa alternativa, expressão da mídia e pequena burguesia e dos trabalhadores, não possuía como uma única matriz a oposição política à ditadura militar, mas se contrapunha ao seu conteúdo antinacional e antipopular, à monopolização da economia e sua integração com os grandes trustes financeiros internacionais (PEREIRA, 1986, p.56-57).

Regina Festa, no texto *Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa* (1986), analisa a comunicação popular, ligada às bases; e a comunicação alternativa, ligada ao nível médio da sociedade nas décadas de 70 e 80 do século passado. Trata-se, segundo Festa, de um fenômeno que se apresenta a partir do movimento das forças sociais e de sua capacidade de articular propostas políticas. (1986, p.10). Festa observa, que no Brasil, todos os processos de comunicação, sejam os relacionados às massas, sejam os relacionados aos projetos alternativo e popular, “se desenvolveram nos últimos anos como resultado do próprio desenvolvimento do capitalismo que, ao instalar-se com inovadoras formas de comunicação, acirrou os conflitos e as contradições entre os interesses de classe”. (1986, p.10).

Em seu artigo *Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço* (2009), a pesquisadora Cicília Peruzzo contribui para este estudo ao afirmar que a comunicação alternativa se baliza por uma proposição que

Pretende ser uma opção como canal de expressão e de conteúdos infocomunicativos em comparação à grande mídia comercial e à mídia pública de tendência conservadora. Partindo desse pressuposto vem se desenvolvendo ao longo da história uma práxis comunicacional — teoria e prática — diversa e que se modifica em conformidade com o contexto histórico em que se realiza. (PERUZZO, 2009, P132).

Cicília Peruzzo acompanha as transformações pelas quais passou a comunicação alternativa com as mudanças políticas a partir da Ditadura Militar de 1964, pela redemocratização do País e agora pelo advento de novas tecnologias, tanto no campo da comunicação popular alternativa e comunitária, quanto no da imprensa alternativa, subdivisões propostas pela autora. Sobre a comunicação popular alternativa e comunitária ela afirma:

A história segue seu curso dinâmico. A ditadura se flexibiliza, agoniza e morre. Há avanços da democracia política. Os movimentos sociais populares crescem e depois alguns se reúnem, muitos desaparecem e outros nascem ou se revigoram. (...) No início deste século se observa uma retomada crescente de iniciativas de comunicação popular alternativa e comunitária no Brasil, agora incorporando

inovadores formatos e canais de difusão possibilitados pelas novas tecnologias de informações e comunicação (NTIC). São experiências ligadas a movimentos sociais, associações comunitárias e de vários outros tipos de organizações não governamentais, segmentos comunitários autônomos (infanto-juvenil, estudantil etc.), projetos de extensão (e de outros tipos) de universidades, iniciativas de rádio escola que muitas vezes extrapolam o espaço escolar e estabelecem elos com a “comunidade” local e assim por diante. São pequenos jornais, fanzines, alto-falantes, jornal mural, webradio, bicicleta de som, carro de som, grupos de teatro, vídeos, rádios comunitárias, canais comunitários de televisão, blogs, fotologs, websites, e-zines etc., que servem de pretexto para a realização de atividades de educação informal ou não-formal. (PERUZZO, 2009, p. 134).

No que diz respeito à imprensa alternativa em tempos de internet, Peruzzo esclarece:

Nesse cenário, surgem novos jornais, vídeos, webrádios, home pages, fotologs, videologs, podcasts, e-zines, revistas etc. Agências alternativas de notícias são criadas; produtos editoriais dessa natureza assumem formatos impresso, audiovisual e on-line; cresce o número de Observatórios de Mídia e da Comunicação que monitoram a mídia; surgem Coletivos de Comunicação como o Centro de Mídia Independente (CMI); novos canais de comunicação como os websites colaborativos e outras formas de redes sociais são criados e os weblogs se proliferam. (PERUZZO, 2009, P. 137).

Portanto, neste novo ambiente midiático a partir das novas tecnologias que reconfiguram a produção da comunicação alternativa, há que se destacar a importância da internet ao possibilitar a inversão da lógica de produção comunicacional centrada no emissor, do tipo (um/todos). Assim Peruzzo argumenta:

(...) todos podem se tornar emissores e serem lidos, vistos ou ouvidos por todos (todos/todos), amplia as possibilidades comunicativas e de participação social. A facilidade com que cada cidadão pode se tornar “jornalista” é incomparável a de períodos anteriores. (...). No entanto, há diferenças principalmente no que se refere aos blogs e similares. Todo blog pode ser independente ou autônomo, mas nem todos são alternativos, na perspectiva de sua coerência à proposta histórica do fenômeno da comunicação alternativa. Há meios com a finalidade de oferecer conteúdos condizentes com ampliação dos direitos de cidadania e de estabelecer a justiça social, mas há também outros que representam interesses individuais e de autoexpressão, os quais podem ser de diferentes matizes, até mesmo conservadores ou privado-mercantis. (PERUZZO, 2009, p.139).

Corroborando com Peruzzo, Dênis de Moraes, em artigo *Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas* (2007), enfatiza que este novo ambiente tem permitido experiências de comunicação alternativa contra hegemônica, de questionamento do neoliberalismo e da ideologia mercantilista da globalização, bem como de denúncia de seus efeitos antissociais. Moraes cita Eduardo Galeano, ex-diretor de redação das revistas *Marcha* (Uruguai) e *Crisis* (Argentina), para ressaltar que

A internet realmente abriu espaços a vozes que agora encontram possibilidades de difusão incríveis. E isso é uma boa notícia que a realidade deu contra todos os prognósticos, pois a Internet nasceu como uma operação militar do Pentágono para planificar as suas operações. Foi uma coisa nascida da morte, do extermínio do outro, pois a guerra é isso. E depois virou um espaço que contém um pouco de tudo, que não é uma coisa só, mas que inclui muitas expressões da afirmação da boa energia da vida, da energia multiplicadora do melhor da vida, a liberdade, a vontade de justiça.” (GALEANO, APUD, MORAES, 2007, P.2).

Sob este aspecto Moraes compreende a Web como esfera pública em gestação. Trata-se de uma grande teia que desfaz pontos fixos ou limites predeterminados para o tráfego de dados e imagens (2007, p.2). Como não existe centro nem periferia, mas entrelaçamentos de percursos, as fronteiras entre emissor e receptor podem tornar-se fluidas, instáveis. “Os usuários têm a chance de atuar simultaneamente, como produtores, emissores e receptores, dependendo de lastros culturais e habilidades técnicas. A colagem de interferências individuais põe em circulação ideias e conhecimentos, sem as noções de seleção e estratificação que condicionam os processos midiáticos” (2007, p.2).

A comunicação alternativa defendida por Moraes é a estabelecida pelo *Foro de Medios Alternativos*, da Argentina.

(...) é aquela que “atua como uma ferramenta para a comunicação no campo popular, sem deixar de lado a militância social, ficando implícito que jornalistas e/ou comunicadores devem estar dentro do conflito, sempre com uma clara tendência a democratizar a palavra e a informação”. Os veículos devem ser independentes do governo, do estado e das corporações, “relacionando-se especificamente a um projeto de transformação social”. E o trabalho desenvolvido precisa ser “dialógico e democratizador” capaz de “difundir, coproduzir, organizar, articular, capacitar e reconstruir a memória, a identidade e a unidade na ação⁶. (MORAES, 2007, p.4).

John Downing, autor britânico de *Mídia Radical: Rebelia nas Comunicações e movimentos sociais* (2002) define marcas próprias da mídia contra-hegemônica, que denomina de mídia radical: “Refiro-me à mídia - em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (2002, p. 21). Nesse aspecto Downing define diversos contornos que a mídia radical pode assumir. “(...) mídia de minoria étnica, religiosa, jornaizinhos e murais comunitários, dependendo do tema em discussão nas comunidades, (...) e ainda os cartuns satíricos, pornografia política, as histórias em quadrinhos, a imprensa radical, etc.” (DOWNING, 1984, p. 13- 28). Tudo depende de seu conteúdo e contexto.

⁶Encuentro Nacional de Medios Alternativos, realizado nos dias 9, 10 e 11 de outubro de 2004, em Neuquén, Argentina. Mais detalhes em www.obrerosdezanon.org/article.php3?id_article=183.

Downing esmiúça o poder que as mídias radicais têm ao furarem os bloqueios oficiais à expressão pública e ao darem ressonância às vozes discordantes, minoritárias, subjulgadas e portadoras de impulso de mudança. (DOWNING, 1984, p.10). Downing faz severas críticas a um tipo de pensamento midiático dissociado da política.

Os diversos tipos de discursos sobre as mídias podem falar de política, tematizá-la e transformá-la em matéria de retórica, mas não são políticos eles próprios. A essência da política é a mudança do mundo social. Um pensamento que não está direcionado às mudanças, que não pretende intervir e transformar não pode ser político, é um discurso apenas retórico. (DOWNING, 1984, p. 12).

Sob esse aspecto, Downing analisa a mídia radical não apenas como alternativa à mídia oficial, mas como agente de transformação social, enumerando algumas de suas funções:

(...) a mídia radical alternativa expande o âmbito das informações, da reflexão e da troca a partir dos limites hegemônicos, geralmente estreitos, do discurso da mídia convencional. (...) ela frequentemente tenta ser mais sensível do que a mídia convencional às vozes e aspirações dos excluídos (...) a mídia radical alternativa não precisa censurar-se para atender aos interesses dos mandachuvias da mídia, do entrincheirado poder estatal e das autoridades religiosas. (...) sua própria organização interna é muitas vezes mais democrática que hierárquica (...) algumas formas de mídia radical cumprem o papel inovador que Raymond Williams atribuía ao que ele denominava “formações; aqueles movimentos e tendências efetivos, na vida intelectual e artística, que tem influência significativa e às vezes decisiva no desenvolvimento ativo de uma cultura e uma relação variável e geralmente oblíqua com as instituições formais”. (DOWNING, 1984, p.81).

O objeto de estudo de Downing e dos teóricos citados neste trabalho entram em consonância com a proposta desenvolvida pelo projeto Mídias Alternativas na Amazônia, na medida em que se interessam por mídias produzidas fora do contexto mercadológico, por atores sociais que apresentam perspectivas de mudança social, com posicionamento crítico diante das políticas dominantes, e que, por natureza, não possuem o mesmo alcance das mídias oficiais. Tais estudos estão possibilitando a construção do primeiro Mapa das Mídias Alternativas na Amazônia.

A sistematização do estudo amazônico

No que diz respeito ao contexto amazônico, não se pode fazer uma análise da Amazônia à época da Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil sem que se mencione o projeto geopolítico de ocupação territorial na região e como esta nova ordenação do território foi percebido por periódicos alternativos que se opuseram veementemente contra a

implantação desse projeto que tinha como principal argumento o “desenvolvimento regional.”

De acordo com Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim, em artigo *Fronteira Amazônica e Planejamento na época da Ditadura Militar no Brasil: inundar a hileia de civilização?* (2010), o projeto de matriz geopolítica implantado pelos militares foi uma “apropriação técnica e ideológica da Amazônia” (BOMFIM, 2010, p.15). A materialidade e aplicabilidade das intenções tecnoburocráticas dos militares se baseou na teoria dos polos de desenvolvimento importada da França, na concepção de preenchimento de vazios demográficos e na visão mítica de que a Amazônia seria o novo Eldorado. Essa teoria escondia que a ocupação da região estava ligada à necessidade da reprodução do capital nacional e internacional.

Para tanto foram arquitetados vários planos de ocupação do território como os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs) que, em fases distintas, consolidariam o processo de povoamento e desenvolvimento da região entre os anos de 1971 e 1985.

Bomfim faz a análise dos papéis dos PNDs e PDAs na integração da Amazônia ao resto do país. Tinham como objetivo “integrar para desenvolver”. Integrando no sentido de criar aproximação entre a região Norte e a região Nordeste, e desenvolvendo ao alimentar a aproximação da primeira com o Centro-Sul. As ações envolviam, entre outros fatores, a instalação de infraestrutura, como estradas, portos e fontes energéticas. Sob este aspecto, o autor ressalta:

Trata-se evidentemente, ainda que grosso modo, esse antigo discurso, da denominada ‘Marcha para o Oeste’. Levando-se em consideração o período em que o planejamento ganha corpo no País, à medida que o Estado foi-se apropriando tecnicamente dos vazios territoriais, a realidade simbólica do sertão deslocou-se para um *locus* preferido: a Amazônia. (BOMFIM, Paulo, 2010, p.14).

A integração funcional e espacial por meio de critérios de eficiência econômica foi, segundo Bomfim, um dos capítulos de maior destaque e mais exaustivamente trabalhado pelos planejadores. Os recursos para a execução dos planos foram concentrados em órgãos como a SUDAM e o BASA (1966) que controlavam uma política de incentivos fiscais a empresas industriais e agrícolas que viessem a se estabelecer na região.

A construção de rodovias como a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica e a exploração de recursos minerais foram itens básicos. À medida que essas rodovias foram rasgando a floresta, ondas de ocupação foram desenvolvidas. A instalação de fazendas e

projetos de colonização nos eixos das rodovias receberam recursos federais. A partir disso, a região passou a receber um grande fluxo de gente, principalmente de nordestinos e sulistas em busca de terra, tanto de pequenos lavradores quanto de grandes latifundiários. Percebe-se, pela análise de Bomfim, que os conflitos pela posse da terra na Amazônia estão vinculados a este modelo de ocupação do território porque não requereram reformas estruturais mais radicais.

As contribuições de Bomfim têm sido importantes para a compreensão da complexa realidade amazônica, muito bem retratadas nas páginas de vários alternativos. São correntes nas páginas dos jornais, boletins e revistas como *Resistência* (1978), *Varadouro* (1977), *Nós Irmãos* (1971) (período da ditadura) e *Jornal Pessoal* (1987), *Agenda Amazônica* (1999), (pós-ditadura), análises conjunturais dos resultados desses grandes projetos que foram instalados na região com a promessa de desenvolvê-la, mas que passados todos esses anos, tal promessa não se materializou. A inviabilidade de aplicação de teorias de fora da realidade amazônica, como bem observou Bomfim, provocou o aprofundamento dos problemas sociais. Os alternativos eram e são frutos desses conflitos.

Corroborando com Bomfim, Otavio Ianni, em *Ditadura e Agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)* (1986) esclarece que o projeto político-econômico do regime militar de 1964 se sustentou em uma aliança com a grande burguesia nacional e com o capital financeiro internacional.

Com o golpe se instala uma ditadura a serviço do capital monopolista. Não só o aparelho de Estado, mas toda a vida econômica, política e cultural do País passam a ser amplamente determinado pela política de acumulação capitalista acelerada. Daí o caráter agressivo e repressivo em termos econômicos e políticos, da política econômica e estatal. Tratava-se por um lado de expropriar ao máximo o proletariado industrial e agrícola, além de certos setores da classe média e do campesinato; e, por outro lado, tratava-se de abrir as portas do país à livre ação do capital monopolista estrangeiro. (IANNI, 1986. p.17).

Para cumprir às exigências das orientações do imperialismo, o governo criou para a Amazônia, por ser uma nova fronteira econômica de expansão do capital, uma ostensiva operação política, econômica e militar. Até então a Amazônia se configurava secularmente como uma economia de extrativismo. As riquezas naturais e a vastidão de terras da região foram estratégicas para o governo. Assim a região sofreu uma intensa transformação que modificou a estrutura econômica e agrária.

(...) foi o tipo de capitalismo dependente, ou “modelo econômico” adotado pela ditadura que estabeleceu as condições de desenvolvimento intensivo e extensivo do

capitalismo no campo (...) no qual o capital monopolista capturou amplamente o aparelho estatal, que estabeleceu as condições básicas da intensa e generalizada monopolização das terras do sem fim, devolutas, tribais e ocupadas da Amazônia. (IANNI, 1986, p.16).

Em outras palavras: a área de floresta do Norte do Brasil foi uma das saídas para os militares darem vazão à entrada de capital internacional no país. A crise de oferta de energia na década de 1970, as demandas da indústria mundial, como consumo de matérias primas, e as contradições típicas do capitalismo, situou a Amazônia como área de transferência de empresas transnacionais. Os grandes projetos agropecuários e minerais implantados na Amazônia com o total apoio dos militares reconfiguraram a geopolítica e a vida da população local. Rapidamente problemas de exploração capitalista, como a formação de latifúndios, foram transferidos para a região.

(...) Em poucos anos, os indígenas viram suas terras invadidas e o seu modo de vida prejudicado, revolucionado ou definitivamente alterado. Frequentemente se viram pressionados, submetidos, expulsos ou assassinados. Às vezes, esses índios eram prejudicados pelos posseiros que chegavam e estabeleciam roças e criações em terras tribais. Outras vezes os índios, os caboclos amazonenses e posseiros eram pressionados e expulsos de suas terras pelos grileiros, fazendeiros ou empresários, que chegavam com a proteção econômica e política do poder estatal. Pouco a pouco, ou repentinamente, conforme a área e a ocasião, índios, caboclos e posseiros viram uma transformação radical da terra. (IANNI, 1986, p.78)

Portanto, na medida em que se desenvolveu a expansão do capital na Amazônia, cresceram na mesma proporção os conflitos agrários e econômicos. A exploração da terra excluiu parte da população que ficou desassistida completamente pelo Estado. A explosão da violência na região norte do país a partir da ocupação do regime militar não poupou a vida nem mesmo de lideranças como a do Deputado Estadual e advogado de posseiros no violento Sul do Pará, Paulo Fonteles, o Deputado João Batista (PSB), o líder sindical João Canuto, o ambientalista Chico Mendes e a Irma Dorothy Stang, todos assassinados pelo latifúndio que se instalou na Amazônia a partir de 1964.

Essas mortes representam a resistência ao modo de exploração da terra que exclui a maioria do povo Amazônia. O lançamento de jornais alternativos como o *Resistência* (1978-), *Bandeira 3* (1975), *Informe Amazônico* (1980), *Xibé* (1982), *Jornal Pessoal* (1987) e tantos outros expressam, em sintonia com as necessidades da população, a oposição e a indignação ao modelo de exploração imperialista das florestas e do povo do Norte do Brasil.

Pedro Vicente Costa Sobrinho em *Meios Alternativos de Comunicação e Movimentos Sociais na Amazônia Ocidental (Acre: 1971-81)* (2000), estudou a saga de dois

jornais alternativos acreanos. O primeiro foi *Nós Irmãos* (1971), sob iniciativa da Igreja do Acre e Purus, com duração de dez anos em parceria com as Comunidades Eclesiais de Base-CEBs. O segundo chamava-se *Varadouro* que nasceu em 1977 pelas mãos do jornalista Elson Martins da Silveira, correspondente do Acre para *O Estado de São Paulo*. Apesar das diversas dificuldades para sua impressão, recebeu grande resposta da população local, inclusive de parte da elite.

Sobre o papel desses jornais na sociedade local, o autor declara:

(...) sua ação fora fundamental como veículo alternativo de comunicação a serviço dos marginalizados, abrindo suas páginas para denunciar a violência; para orientar as lideranças da resistência dos trabalhadores; para apoiar o trabalho educativo das CEBs, e até mesmo influenciando na organização dos movimentos sociais. (COSTA SOBRINHO, 2000, p.12).

Os estudos de (KUCINSKI 1991, FESTA 1986, PEREIRA 1986, PERUZZO 2008, MORAES 2007, DOWNING 2002) e de outros pesquisadores (BOMFIM 2010, IANNI 1986, COSTA SOBRINHO 2000) têm possibilitado a sedimentação de aporte teórico para se mapear as mídias alternativas impressas na Amazônia.

Já se começa a pensar no *modus operandi* dessas formas de comunicação, que se constituem em fenômenos diferenciados de outras mídias alternativas pelo restante do País, dada à realidade e complexidade regional. Outro aspecto que está sendo investigado é se essas mídias possuem publicidade, quais são seus atores sociais e a contribuição dessas mídias no fortalecimento da democracia, além de uma investigação se o fenômeno alternativo impresso perdura em meio ao avanço cada vez mais crescente das tecnologias do virtual ou se está migrando para o formato de jornalismo alternativo *online*.

Até esta fase do projeto e da construção do mapa, já se observa que com o advento das novas tecnologias, a imprensa alternativa está migrando para a rede mundial de computadores, a chamada web. Exemplos como os impressos *Jornal Pessoal*, do sociólogo e jornalista paraense, Lúcio Flávio Pinto; e *Resistência*, estão com páginas na web. É importante citar também alguns jornais da Rede Mocaronga de Santarém-Pa como *Capixaba*, *Mauary*, *Itapará*, que são manuscritos, mas estão no site da rede⁷. Percebe-se que tal fenômeno não pode mais ser chamado de imprensa alternativa, mas sim de mídias alternativas porque pertencem aos mais diferentes suportes de comunicação.

⁷ Redemocoronga.org.br

Materiais e métodos

O presente estudo tem por base a pesquisa bibliográfica assentada na revisão de literaturas com a finalidade de sistematizar o atual estágio do conhecimento na área (OLIVEIRA, 2008). Trata-se de uma pesquisa importante porque vem revelando que a temática em questão é bastante complexa e que não existe um conceito fechado sobre o que seria uma imprensa/mídia/comunicação alternativa (KUCINSKI 1991, FESTA 1986, PEREIRA 1986, PERUZZO 2008, MORAES 2010, DOWNING 2002).

Os estudos do projeto Mídias Alternativas na Amazônia apontam também que, apesar dos esforços desses estudiosos, há ainda um campo fértil para ser explorado pela academia se forem comparadas as pesquisas em Comunicação referentes às grandes mídias hegemônicas. Um campo fértil também para as Mídias Alternativas na região, pois os trabalhos ainda são poucos nesta área. Destacam-se as teses de doutorado das pesquisadoras paraenses, professoras da UFPa e UFRN, respectivamente, Célia Trindade Amorim (PUC/SP) e Maria do Socorro Veloso (USP), datadas de 2008, sobre uma das mais radicais mídias alternativas da Amazônia, o *Jornal Pessoal*; e as teses dos professores Rosane Albino Steinbrenner (NAEA/UFPa) “Comunicação e desenvolvimento: midiatização periférica e rádios comunitárias na Transamazônica” ((NAEA/UFPa , 2011); e o de Pedro Costa Sobrinho, intitulada “Meios Alternativos de Comunicação e Movimentos sociais na Amazônia Ocidental” (Acre: 1971-81) de 2000 (ECA/USP, 2000).

O estudo em tela também trabalha por meio da pesquisa documental, que começou em novembro no Museu da Universidade Federal do Pará, Biblioteca Arthur Viana, dentre outras e até o presente momento tem se constituído de um elemento estratégico para a recuperação da memória de contextos, pessoas, acontecimentos. A equipe do projeto tem recebido colaborações de ativistas dessas mídias que estão ajudando com jornais e documentos pessoais possibilitando à pesquisa um arcabouço interpretativo de leitura relevante.

Uma das técnicas utilizadas no projeto é a entrevista, que segundo Minayo, “tem como objetivo construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo” (MINAYO, 2008, p.64). Abaixo, registra-se a equipe do projeto (Professora Dra Célia Trindade Amorim e as alunas de iniciação científica Ana Oliveira da Cruz e Mariana Costa Castro)

fazendo entrevista com um importante ativista da imprensa alternativa no período da Ditadura Militar, Walter Pinto, que trabalhou nos jornais *Nanico*, *Xibé* e *Resistência*.



Figura 1: Profª Dra Célia Trindade Amorim, e as bolsistas de iniciação científica Ana Cruz e Mariana Castro entrevistando Walter Pinto, chargista dos jornais *Resistência*, *Nanico* e *Xibé*. Fonte: Projeto Mídias Alternativas na Amazônia. Fotos: Roberta Machado (2012).

Registra-se também a técnica da fotografia para a composição do mapa. Logo abaixo está a bolsista Roberta Aragão Machado selecionando e fotografando capas de alternativos para a composição do mapa, sob a orientação da coordenadora do projeto, professora Célia Trindade Amorim.



Figura 2: Profª Dra Célia Amorim coordenadora do projeto e a bolsista de iniciação científica Roberta Machado selecionando e fotografando as capas dos jornais no MUFPa. Fonte: Projeto Mídias Alternativas na Amazônia. Fotos: Patrick Pardini do Museu da UFPa (2012).

Resultados

Por meio da bibliografia disponível sobre mídias alternativas em caráter internacional, nacional e regional a partir da ditadura militar (1964-1985) (KUCINSKI 1991, FESTA 1986, PEREIRA 1986, PERUZZO 2008, DOWNING 2002), além de uma investigação no contexto amazônico referente ao projeto de ocupação territorial da região

(IANNI 1986, BOMFIM 2010, COSTA SOBRINHO, 2000), foi possível iniciar o aporte teórico que estão norteando a análise de diversos jornais que datam do período ditatorial até os dias atuais, resultando na construção do primeiro Mapa de jornais Alternativos na Amazônia, que já conta com 50 publicações. Frente ao exposto, está sendo possível identificar a imprensa/mídia/ alternativa, os atores sociais, o seu *modus operandi*, a existência ou não de publicidade, etc. Certamente que o presente estudo ainda precisa de mais investigação. Outros autores e o acompanhamento por meio da leitura de jornais alternativos estão sendo pesquisados para um maior entendimento desta importante forma de comunicação na região.

Conclusão

As mídias alternativas na Amazônia desempenham um importante papel de divulgação, denúncia e resistência das problemáticas regionais. Temáticas como grilagem de terras, conflitos fundiários, ausência de reforma agrária, formação de oligarquias regionais, descaso das autoridades com populações tradicionais de índios, caboclos, seringueiros, os problemas urbanos, são, em sua maioria, trabalhadas pelas publicações alternativas. Muitas vezes são espaços únicos de divulgação, já que a grande mídia oficial está comprometida por interesses político-econômicos.

O projeto *Mídias Alternativas na Amazônia* surge para construir conhecimento sobre esse tema e resgatar a memória de um movimento que foi e é de extrema importância para a construção do ambiente comunicacional no âmbito regional.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pela equipe do projeto está centrada na busca desses jornais. Muitos não possuem registros como *locus* de memória e preservação dessas formas de comunicação. Há também escassez de pesquisas sobre mídias alternativas voltadas para a Amazônia. Há necessidade de se entender tal fenômeno também na Amazônia, que assume peculiaridades próprias da região. A investigação está centrada não só em autores internacionais, nacionais como também em poucas obras existentes sobre o assunto de pesquisadores da região (COSTA SOBRINHO, 2000, AMORIM, 2008, VELOSO 2008, PAULO ROBERTO FERREIRA 2009), além de conhecimentos obtidos por meio de entrevistas com os ativistas dessa imprensa/mídia e leitura da própria publicação examinada nos poucos acervos encontrados em Belém do Pará (Museu da UFPA e Centur).

É importante ressaltar que mesmos nesses acervos não existe um catálogo sobre esta forma de comunicação. A imprensa alternativa se encontra misturada a outros materiais impresso como jornais hegemônicos, catálogos, boletins, livros, dificuldade que vem sendo superada com visitas periódicas nessas bibliotecas públicas.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. **Jornal Pessoal: Uma metalinguagem jornalística na Amazônia**, 2008. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. **Fronteira Amazônica e Planejamento na Época da ditadura militar no Brasil: Inundar a Hileia de Civilização?**, 2010.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Meios Alternativos de Comunicação e Movimentos sociais na Amazônia Ocidental (Acre: 1971-81)**. 2000. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2000.

DÊNIS, de Moraes. **Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas**. Revista de Economia Política de las Tecnologias de la Información y Comunicación www.eptic.com.br, vol. IX, n.2, mayo – ago./2007

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**./ Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (Organizadora). 27. Ed- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FESTA, Regina & LINS E SILVA, Carlos Eduardo. **A comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Editora Paulina, 1986.

FERREIRA, Paulo Roberto, Tempos de resistência. In: WOITOWICZ, Karina Janz (org). **Recortes da mídia alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009.

OLIVEIRA, Valéria Rodrigues de. **Desmistificando a pesquisa científica**. Belém: EDUFPA, 2008.

PEREIRA, Raimundo. **Vive a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa!....in: FESTA, Regina & LINS E SILVA, Carlos Eduardo. A comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Editora Paulina, 1986.

PERUZZO M. Krohling. **Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. Revista Galáxia, São Paulo: 2009.

SZYMANSKI, Heloisa. **A entrevista na educação: a prática reflexiva**. Brasília: Liber Livro Editora, 2004. 3ª ed. (2010).

STREINBRENNER. Rosane Albino. **Comunicação e desenvolvimento: midiatização periférica e rádios comunitárias na Transamazônica**, 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

VELOSO, Maria do Socorro. **Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007)**, 2008. Tese (Doutorado em Estudo dos Meios e da Produção Mediática) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.